

Falta definir posição sobre dívida externa

O primeiro mês do novo governo terminou sem proveito para a renegociação da dívida externa. O governo definiu quem negociará em seu nome — o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Mas não conseguiu ainda definir em que posição e qual nível de exigências poderá tolerar e terá que se submeter. De qualquer modo, a coleta de dados preliminares foi concluída em Brasília pela representação do Fundo Monetário Internacional e o Brasil vai ter que voltar à mesa de renegociação um mês antes do que esperava e desejava. Tudo começará logo mais em maio.

Até que se chegue lá, alguns passos de acerto foram ensaiados. Contudo o pano de fundo — o cenário, não privilegiaram nem facilitaram o encenado. Enquanto numa reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada em Viena, a representação brasileira reclamava um tratamento menos injusto para os países devedores, em política econômica interna a coleta de resultados era magra: março fechou com 12,7% de inflação, o maior índice desde outubro de 1983; a balança comercial teve seu superávit encolhido (US\$ 830 milhões) e o governo reconhecia a necessidade de rever o fluxo de recursos novos que precisará para fechar o ano (mais US\$ 3,5 bilhões).

Quanto aos limites e fronteiras do que será renegociado há um difuso enquadramento sobre o que, politicamente, o Brasil poderá suportar nas condições sócio-econômicas e psicológicas atuais, e o que os cre-



dores vão exigir. Uma coisa é certa: o governo brasileiro vai requerer, porque fundamental para garantir a estabilidade das suas instituições, folga maior nas restrições que lhe têm sido até agora impostas.

Mesmo reconhecendo que o receituário do FMI é amargo o governo sabe que não há alternativa senão aceitá-lo. Mas quer definir, politicamente, não o sabor mas a dose medicamentosa que a terapêutica exige. E, nesse particular, de pouco ou nada adiantará olhar ao redor para examinar o que se passa com os outros dois grandes devedores latino-americanos — México e Argentina. No caso, o exemplo argentino é negativo. O governo Alfonsín não conseguiu decolar a sua projetado resistência ao FMI nem embalar um "cartel de devedores". O México, mais realista, mergulhou de ponta no programa de ajustamento e já percorreu o caminho mais crítico e mais desgastante.

O Brasil se encontra a

meio caminho entre os dois. Nem suas instituições políticas são tão sólidas quanto as mexicanas para resistir a um aperto igual ao que foi ali dado nem o fervor de apoio popular permite ao governo galvanizar uma tentativa de resistência como aconteceu após as eleições diretas presidenciais na Argentina.

Vivendo sob a tensão que torna menos nítida do que se deseja os quadros político-institucional e político-administrativo, o Brasil não conseguiu sequer definir que estratégia vai seguir na renegociação de sua dívida. Mas já sabe que vai ter que começar do "zero" porque até mesmo os números indicadores econômicos que foram herdados da administração passada estão colocados sob suspeição pelos técnicos do FMI.

Assim, somente após a definição do espectro presidencial, o esmaecimento de uma possível crise institucional e a reaclimação dos vetores políticos é que o Brasil terá condições para dizer ao Fundo Monetário (representante de todos os credores) o que poderá aceitar ou terá que resistir. Os banqueiros credores estão preocupados, acompanhando o desenrolar de um longo processo que pensavam ter uma etapa decisiva em 15 de março passado. Na realidade, como se verifica agora, um mês depois das vésperas daquele 15 de março tudo começava de novo, com a incerteza política dominando a área econômica e os níveis de dificuldade que o Brasil vai enfrentar com os seus credores daqui por diante.